

Corrupção é crime que não dá cadeia

■ Polícia Federal fez 217 inquéritos este ano mas só fraudadores do INSS foram presos

MALU FERNANDES

BRASÍLIA — Os mesmos crimes em que os políticos envolvidos no escândalo do orçamento podem ser enquadrados, caso fique provado que são culpados — corrupção ativa, corrupção passiva, exploração de prestígio, concussão (exigir para si ou outrem vantagem indevida), formação de quadrilha e sonegação fiscal — são objeto de 217 inquéritos abertos somente este ano pela Polícia Federal em todo o país. O estado recordista é o Rio, com 79 inquéritos, dos quais 28 por corrupção passiva. Apesar disso, a Polícia Federal informa que, à exceção dos juízes que fraudam o INSS, hoje não há um só corrupto na cadeia.

“Corrupção é um dos crimes mais difíceis de serem provados. É preciso corruptor e, além disso, há a necessidade de haver o flagrante”, explica o delegado Adolfo Raquel Machado, da Divisão de Polícia Fa-

zendária, responsável pela investigação de bens, serviços e interesses da União. As pistas já permitem que um dos chefes da Polícia Federal em Brasília afirme que os tentáculos do mais ousado esquema de fraudes tenha ligações com outros esquemas de roubalheira, como o caso PC.

“Há fatos delituosos que são conexos entre os dois. Por exemplo, as liberações da Ação Social, as obras e as empreiteiras seriam as mesmas”, reconheceu, informando, no entanto, que ainda é cedo para cruzar os fatos e informações dos dois inquéritos. De acordo com os dados da Divisão de Polícia Fazendária, entre os crimes em questão, sonegação fiscal é onde mais se consegue enquadrar pessoas. Em seguida, vem “exigir para si ou outrem vantagem indevida” e, logo após, corrupção passiva. Mesmo assim, os números de inquéritos abertos, apenas 163 para os três casos em todo o



Brasil, denunciam a dificuldade na obtenção de provas.

Enquanto a polícia reclama de falta de condições financeiras para reprimir com a desejada eficiência os crimes, as estatísticas apontam o Rio de Janeiro como campeão de tais delitos. Em segundo lugar, aparece o estado do Ceará, com a metade de inquéritos. “O Rio é campeão em todos. Fiz uma minuciosa pesquisa sobre isso”, assegura um agente do departamento de informática da divisão.

Os políticos ligados ao escândalo podem pegar pena de 1 a 8 anos por corrupção ativa, 1 a 8 anos por corrupção passiva com agravante de um terço da pena se for funcionário público, 1 a 5 anos por exploração de prestígio, 2 a 8 anos por exigir para si ou outrem vantagem indevida, 1 a 3 anos por formação de quadrilha ou bando e 2 a 5 anos por crime de sonegação fiscal.